

## Capítulo 1

### Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina

Beatriz Gallotti Mamigonian

Vitor Hugo Bastos Cardoso

No dia cinco de fevereiro de 1811, pelos caminhos que davam acesso ao largo da Matriz da Vila de Nossa Senhora do Desterro, três corpos de jovens africanos foram levados para o cemitério da igreja matriz, a fim de serem inumados. O padre coadjutor Joaquim Santana Campos provavelmente já estava acostumado à triste cena. Nos últimos anos, já tinha visto casos como aquele se repetirem quase diariamente. A cada ano, crescia o número de africanos que morriam na cruel condição de escravos recém-chegados à Ilha de Santa Catarina.

Os três escravos que faleceram naquele dia pertenciam ao capitão José Luís do Livramento, uma das figuras mais ilustres da sociedade desterrense. No dia seguinte, outros três corpos, também de cativos de José do Livramento, foram inumados no mesmo cemitério. Em um curto período de dois dias, este senhor já havia mandado sepultar seis escravos africanos, todos eles “boçais”, isto é, recém-chegados da África e ainda nem sequer adaptados à vida no Brasil. Ao que tudo indica, esses africanos faziam parte de uma leva de escravos adquiridos no circuito regional do tráfico negreiro. Tinham feito a temível e sofrida travessia atlântica há pouco e aportado no Rio de Janeiro, o maior porto de desembarque de cativos da América.

A partir dos assentos assinados pelo padre Joaquim Campos, no primeiro Livro de Óbitos de Escravos da Paróquia de Desterro, sabemos que os escravos foram identificados como pretos “da Costa”, um termo que provavelmente foi julgado suficiente para fazer referência à origem africana dos mortos – ou, como a própria expressão sugere, para informar

que vieram da costa da África. Em verdade, o termo nada nos diz sobre a real procedência ou o grupo étnico dos africanos em seu continente de origem, indicando a desinformação e a falta de interesse dos vigários em registrar com maior fidelidade a origem dos africanos “novos” que chegavam às paróquias da Ilha.

Como se não bastassem os seis óbitos, os dias quentes e úmidos daquele mês de fevereiro assistiram ainda a mais nove sepultamentos dos pretos “da Costa” de José Luís do Livramento. Em pouco menos de um mês, o proprietário viu a vida de quinze “africanos novos” serem ceifadas. Ali estava parte dos seus investimentos mais recentes, cativos que certamente haveriam de ser usados como mão de obra nas suas propriedades ou comercializados para algum outro proprietário da região. Mas isso não se resumia a um negócio mal sucedido; terminava ali a vida de homens e mulheres, crianças e adultos, que se viram obrigados a deixar sua terra natal para viver o sofrimento da escravidão no outro lado do Atlântico.<sup>1</sup>

Não é possível saber ao certo o porquê da morte desses escravos. Mas é provável que tenham sido vitimados por alguma das moléstias que há algum tempo assolavam os “imigrantes” negros que chegavam à Ilha de Santa Catarina. Talvez tivessem contraído “bexigas”, “malina”, “sarampo”, ou alguma outra dita “moléstia interior”, doenças que estavam entre as principais *causas mortis* dos africanos recém-desembarcados na Vila do Desterro entre as décadas de 1810 e 1820.<sup>2</sup> Não se tratava de uma fatalidade, pois a insalubridade, os desgastes físico e emocional sofridos pelos africanos escravizados durante a viagem através do Atlântico e a realidade do cativeiro deixavam-nos em condições muito frágeis de saúde. As enfermidades que assolaram a vida dos quinze africanos “boçais” do capitão Livramento se caracterizavam como uma das expressões da escravidão que se espalhava pelo litoral sul do Brasil.

Episódios de violência como esse se tornavam comuns no cotidiano da Vila do

Desterro e da Ilha de Santa Catarina e se repetiriam muitas vezes nas duas décadas seguintes. O capitão José Luís do Livramento era apenas mais um dos inúmeros senhores de terras que decidiram usar o trabalho escravo como alternativa para desenvolver e acelerar o cultivo das lavouras de alimentos que se espalhavam pelos quatro principais distritos da Ilha: a Vila do Desterro e as freguesias de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e Nossa Senhora das Necessidades. Já desde o fim do século XVIII, a opção pelo trabalho escravo vinha se consolidando como um fator importante da produção agrícola local. Este capítulo trata justamente da presença de africanos na Ilha de Santa Catarina e busca esboçar uma história das rotas pelas quais eles ali chegaram como também uma cronologia da escravidão e das chances de liberdade que tiveram, entre meados do século XVIII e princípios do século XIX. Esta reconstituição se baseou principalmente em registros eclesiásticos de batismos, casamentos e óbitos, assim como em documentos de ordem administrativa e fiscal, mapas censitários, portuários, passaportes e relatórios de governo.

Formatado: Português (Brasil)

### **A primeira fase de ocupação do litoral**

A baía da Ilha de Santa Catarina era conhecida pelos navegantes do Atlântico Sul desde o século XVI, por oferecer um porto protegido e a possibilidade de abastecimento em madeira, água e alimentos. Na primeira fase da ocupação europeia do litoral catarinense, entre meados do século XVII e meados do XVIII, já havia escravos indígenas e de origem africana entre os colonizadores. Os núcleos de povoamento do litoral foram fundados por vicentistas em meados do século XVII: São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro (1662) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1682).

O memorialista Paulo José Miguel de Brito, que escreveu em 1816, conta que Francisco Dias Velho Monteiro, fundador de Desterro, levou para o povoado dois filhos, duas filhas, dois frades, um casal e seus três filhos e 500 índios “domesticados”, para os quais

foram distribuídas terras a cultivar. Anos depois, Dias Velho foi assassinado por corsários holandeses, e seus familiares se retiraram para Laguna, só ficando na Ilha os índios que haviam ido com ele.<sup>3</sup> São poucas as referências aos índios carijós que já habitavam a Ilha e, no século XVI, abasteciam de farinha de mandioca os navios de passagem. Naquela época, o grande envolvimento dos paulistas era com o apresamento de índios, o que reduziu drasticamente as populações autóctones do litoral, incluindo também as da Ilha. A luta contra os “gentios” permitia a aquisição de mão de obra servil de forma barata aos senhores de terras das capitanias do Centro-Sul, num momento em que o mercado de escravos africanos ainda não estava totalmente consolidado no Brasil.

Somente depois de 1700, os vicentistas voltaram a ocupar a Ilha, para ali transferindo famílias, escravos e agregados. Muitos desses vieram por conta das oportunidades de riqueza e poder naquela situação de fronteira aberta, abundante em recursos como terras e índios para administrar. Em 1712, quando o viajante francês Frézier esteve na Ilha de Santa Catarina, já havia ali e na “terra firme”, “147 pessoas brancas, alguns índios e negros libertos estabelecidos à beira-mar.”<sup>4</sup> Parece claro que os primórdios da ocupação da Ilha em nada diferem dos de outras regiões fronteiriças nas quais os portugueses se instalaram, dependendo do apoio de índios aldeados e poucos escravos africanos, a sondar o potencial do território. Jacintho Mattos, pesquisador do início do século XX, apurou que, dos escravos que existiam na Ilha no início do século XVIII, “havia do gentio, de Guiné, Macau, Mina, Benguela”, entre outros. A incidência de cativos africanos, e até mesmo de asiáticos, era certamente muito menor à de indígenas, naturais da região e trabalhadores predominantes do Brasil meridional recém-ocupado no século XVII e início do XVIII. Segundo Mattos, cuja pesquisa se baseou em registros eclesiásticos, “os índios eram da aldeia de S. Lourenço, Carijós e até da aldeia da capitania do Espírito Santo. Na documentação havia a indicação que estavam sob a ‘administração’ deste ou aquele proprietário e até do próprio vigário”.<sup>5</sup> Aos poucos, a força

de trabalho indígena foi substituída pela dos homens livres que continuavam a migrar para essas paragens, e também por escravos africanos, que provavelmente chegavam pelo tráfico marítimo que seguia à bacia do Rio da Prata.

### **O projeto da Coroa para Santa Catarina e seus desafios**

Uma nova fase da ocupação começou em meados do século XVIII, quando o litoral catarinense foi alvo do projeto estratégico de colonização e exploração implementado pela Coroa portuguesa, passando com isso a integrar o circuito do Atlântico português. A Ilha de Santa Catarina, elevada à Capitania em 1738, sob o comando do brigadeiro José da Silva Paes, recebeu fortificações para proteger sua baía e casais açorianos e madeirenses para ocupar seu território. Estes casais fundaram núcleos de povoamento em vários pontos da Ilha e do litoral adjacente. O projeto inicial da Coroa era desenvolver aquela região a partir do trabalho livre dos colonos, em várias unidades familiares agrícolas e manufatureiras. A produção consistiria de culturas de interesse do Reino, como trigo, algodão e linho cânhamo. Em uma das correspondências entre o rei e o governador da capitania D. José de Manuel e Melo, datada de novembro de 1754, é possível perceber as expectativas de Portugal para a nova colônia. Uma das recomendações feitas ao oficial de governo pelo conselho do rei era a de que ele deveria ter “especial cuidado na continuação da lavoura e aumento das fábricas” e também de não “permitir a pobreza destes povos entretê-los com trabalho que não lhes seja útil”.<sup>6</sup>

Mas o projeto estratégico de fortificação e ocupação da Ilha, evitando a cobiça espanhola, não se resumiu a isso (tampouco evitou a tomada da Ilha pelos espanhóis, em 1777). O litoral catarinense foi também incorporado à área de exploração da baleia, e o monopólio da caça e da produção de óleo foi arrendado por contrato a particulares, a partir de 1742. Entre 1746 e 1798, foram fundadas seis armações baleeiras no litoral catarinense,

unidades escravistas de grande porte, algumas com famílias escravas e toda a complexidade de administração cotidiana comparável à dos engenhos açucareiros ou, mais tarde, das fazendas de café. Em torno das armações baleeiras, mas também em outros pontos do litoral, se desenvolveram os núcleos de povoamento de açorianos, cuja economia floresceu voltada para a produção de abastecimento. Administradas pelo contratador (ou da Companhia, a partir de 1765) em Lisboa, com administrador no Rio de Janeiro, recebiam do Rio todos os apetrechos necessários e a mão de obra indispensável para o seu funcionamento. A Armação da Piedade, a maior e mais antiga – fundada em 1746 no continente, ao norte da Ilha de Santa Catarina –, tinha 107 escravos em 1750, todos africanos.<sup>7</sup>

Até as duas últimas décadas do século XVIII, existiam poucos escravos nos núcleos de povoamento de açorianos na Ilha de Santa Catarina e no litoral próximo. A mão de obra cativa apenas complementava o trabalho exercido pelos colonos recém-instalados. A própria Coroa portuguesa, no implemento da colonização açoriana, na década de 1750, reprovava o uso da mão de obra escrava pelos colonos. Oficialmente, o que incomodava era a “ociosidade” dos seus súditos, já observada em outras partes do Brasil onde a escravidão predominava. Mas é provável que a Coroa também receasse a formação de uma elite proprietária com maior capacidade para contestar o seu domínio.

Nesse sentido, o pedido de José Francisco de Sousa Machado e de sua esposa Catarina Eugênia Bitancurt à Coroa é ilustrativo. O casal, natural da Ilha de São Jorge, desembarcou na Ilha de Santa Catarina nas primeiras levas de colonos açorianos, por volta do ano de 1748. Assim que se estabeleceram em suas sesmarias, fizeram um requerimento à “Vossa Majestade” para que lhes facilitasse a compra de escravos, alegando serem de “nascimento distinto e de nobreza qualificada” e que, em virtude disso, não poderiam “acudir a cultura das terras”. Se por acaso o fizessem, se trabalhassem com as próprias mãos em suas lavouras, decairiam “da sua nobreza ao exercitar-se no mecanismo”, fazendo menção ao “defeito

[B1] Comentário: ajustar

mecânico”, a discriminação que havia na hierarquia social portuguesa contra aqueles que exerciam trabalhos manuais. Requerimento semelhante foi encaminhado pelos colonos Antônio Francisco Muniz Barreto e sua esposa Rita Caetana da Silva. Naturais da Ilha de São Miguel, diziam-se “de nobre qualidade” e por isso solicitavam autorização para terem escravos que os servissem. A resposta do soberano aos súditos foi negativa nos dois casos, justificando que “não era justo acostumar esta Nova Colônia ao prejudicial abuso de não trabalharem os brancos, que nas outras vivem em prejudicial ociosidade, por ocasião deste mau costume”.<sup>8</sup>

Ainda no século XVIII, precisamente em 14 de outubro de 1751, a Coroa portuguesa lançou um alvará que ajudou a regular o tráfico negreiro no Sul do Brasil, a fim de evitar o contrabando de escravos para os domínios espanhóis. O teor do documento apontava preocupação com o fisco e obrigava os negociantes a apresentar guias de transporte dos escravos que levavam aos oficiais da provedoria, instalados nos portos por onde passassem.<sup>9</sup> Sabendo que a Ilha de Santa Catarina estava na rota marítima para a bacia do Rio da Prata, e que os comerciantes do Rio de Janeiro se esforçavam para abastecer de escravos as regiões sulinas de colonização espanhola – mesmo sendo esse comércio considerado contrabando –, não é difícil imaginar a possibilidade de os ilhéus adquirirem escravos via comércio costeiro. Bastava que tivessem recursos para pagar seus custos. O casal da freguesia Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, João de Andrade e Josefa Ignácia Caetana, ambos açorianos (ele, natural da Ilha de São Miguel, ela, da Ilha Terceira) adquiriu, na década de 1760, uma africana de nome Isabel, registrada como de nação “benguela”. Sabemos disso porque Isabel deu à luz o pequeno Antônio, levado à pia batismal em 17 de janeiro de 1767, batizado como escravo dos senhores de sua mãe. Teve como padrinho Matheus Vaz, homem livre e possivelmente vizinho do casal de açorianos.<sup>10</sup> A Freguesia da Lagoa estava situada na costa da grande lagoa de água salgada no interior da Ilha de Santa Catarina; desde o início da

década de 1760, vinha recebendo um número pequeno, embora regular, de africanos novos e escravos africanos ou crioulos (nascidos no Brasil) que já tinham vivido em outras regiões da colônia. Parte desses escravos novos não era batizada na Lagoa, mas aparecia nos registros quando batizava seus filhos. Nos trinta anos decorridos entre 1758 e 1787 foram registrados na Freguesia da Lagoa 153 batismos envolvendo escravos.<sup>11</sup> Entre esses, se contavam os batismos de africanos recém-chegados e crianças nascidas de mães cativas africanas e crioulas. Nos trinta anos seguintes, de 1788 a 1817, o número dos escravos que passaram pela pia batismal naquela freguesia foi muito maior, 478, ou seja, três vezes mais que nas três décadas anteriores. Em 1796, a freguesia contava 329 “fogos”, ou unidades familiares e produtivas, e quase dois mil habitantes, sendo 81% livres, 18% escravizados e um pequeno número de pessoas libertas. No mesmo ano, a freguesia de Desterro tinha 3747 habitantes, sendo 26% escravos, e o distrito do Ribeirão da Ilha, um total de 1020 habitantes, sendo deles quase 30% escravos.<sup>12</sup>

### **A economia de abastecimento e o comércio de escravos**

O período de grande afluxo de escravos para a Ilha de Santa Catarina entre as duas últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras do XIX coincide com sua inserção no mercado colonial de alimentos, através das ligações comerciais com outros portos do Brasil. As lavouras catarinenses passaram a ofertar inúmeros produtos para ajudar a suprir as demandas das áreas do Centro-Sul e Nordeste. O principal artigo produzido e exportado pelos ilhéus era, sem dúvida, a farinha de mandioca. Sua comercialização integrava a capitania a um dos mais importantes sistemas econômicos da América portuguesa: o mercado de abastecimento de víveres centrado na praça comercial do Rio de Janeiro. A ascensão econômica dos comerciantes dessa praça articulava o tráfico de escravos entre Angola e o Rio de Janeiro, que abastecia as regiões do Centro-Sul; o contrabando para o Rio da Prata; e a distribuição de alimentos nas áreas de mineração e de produção de açúcar no Sudeste.<sup>13</sup>



Um mapa portuário da Ilha datado de 1803, tirado a mando das autoridades da provedoria da capitania de Santa Catarina, demonstra o intenso movimento de embarcações envolvidas nesse comércio costeiro com os portos do Sul e que geralmente aportavam em Desterro, de passagem e como destino principal. Foram contabilizadas naquele ano 96 embarcações que subiram ou desceram pela Ilha de Santa Catarina de vários lugares da costa brasileira, sendo que quase 40% delas vinham do porto do Rio de Janeiro. Muitos desses iates, lanchas e sumacas transportavam artigos ditos “de fazenda”, como vinho, sal, algodão, vinagre, azeite, mas também escravos. Naquele ano, foi notificada a passagem de 338 escravos na carga de 36 embarcações dos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco para as praças comerciais de Rio Grande, Desterro e Laguna, muitos dos quais ficaram em Desterro. E foi no mês de dezembro do referido ano que o mestre Joaquim José Prates atracou a sumaca Brilhante em Desterro, trazendo do Rio de Janeiro uma carga de 43 escravos novos, 30 “fardos de fazendas” e 4 “pipas” de vinho. Talvez fosse essa carga a contrapartida comercial para trocar pelos produtos da terra produzidos na Ilha.<sup>14</sup>

Ao que parece, à medida que a Ilha de Santa Catarina foi se integrando a esse circuito comercial de gêneros de abastecimento, a população escrava foi se ampliando. Alguns traços do quadro da demografia escrava nos demonstram isso. Os mapas populacionais levantados pelas autoridades da capitania demonstram que de 1796 até 1814, o número de escravos de toda a Ilha aumentou em quase 40%.<sup>15</sup> O uso da mão de obra escrava nas pequenas e médias propriedades agrícolas locais passou a ser cada vez mais corrente. A essa altura, os planos da Coroa portuguesa para a colonização da Ilha de Santa Catarina e do litoral próximo, através do trabalho livre de colonos e feitorias coloniais, já haviam sido frustrados.

Formatado: Português (Brasil)

### **As rotas, o volume e os envolvidos no tráfico de escravos para Santa Catarina**

Em 1808, a transferência da Corte Imperial para o Rio de Janeiro e a nova conjuntura

da economia colonial trouxeram dinamismo econômico para as áreas de produção de alimentos do litoral catarinense, como fizeram também com outras regiões do Sul e Sudeste. Essa fase de distinta prosperidade vivida no litoral catarinense, graças às exportações de alimentos, era em grande parte sustentada pela compra de africanos novos para as pequenas e médias propriedades agrícolas. Se antes os registros de batismo de africanos novos eram pouco numerosos, a partir de 1810, a importação de africanos novos se tornou mais volumosa. Um levantamento dos registros de batismo de escravos em Desterro, na Lagoa e no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX aponta uma importação de africanos bastante regular entre 1810 e 1829, com picos em alguns anos.<sup>16</sup> Nas três freguesias, o registro de africanos novos diminuiu drasticamente após a lei de proibição do tráfico de escravos, promulgada no ano de 1831, mesmo que tenha havido alguns africanos batizados até a década de 1840.<sup>17</sup>

Não encontramos evidências de tráfico atlântico tendo como principal destino a Ilha de Santa Catarina nesse período, o que significa dizer que os africanos que aqui aportaram não vieram diretamente da África. Mas o porto de Desterro e suas imediações serviram de parada e de abastecimento para alguns navios de partida para a costa africana, como no caso do bergantim Providente, cujo mestre era Jerônimo Domingues. Provavelmente vindo do Rio de Janeiro, em maio de 1812, o Providente partiu do porto do Desterro em direção à costa oriental africana, saída que foi registrada pelas autoridades alfandegárias da Ilha. As correntes marítimas favoreciam a escolha dessa rota para embarcações que buscavam o Índico. Tendo adquirido escravos nas proximidades de Quelimane (Moçambique), depois de 65 dias em alto mar, em fevereiro de 1813, o bergantim do capitão Jerônimo Domingues retornou à costa brasileira, porto do Rio de Janeiro, com cerca de 260 escravos (dos 277 que embarcara originalmente). Esta não foi a primeira viagem de Jerônimo à África a bordo do Providente. Sabemos que dois anos antes, ele já tinha feito duas viagens a Moçambique, onde adquirira

mais de 450 escravos africanos.<sup>18</sup> É bem provável que o litoral de Santa Catarina integrasse a rota do tráfico de escravos que ligava as praças comerciais do Rio de Janeiro às da África Oriental, nas décadas de 1810 e 1820, momento em que aquela rota comercial ganhava impulso. A ligação de comerciantes especializados no tráfico de escravos de tal região africana com o litoral catarinense também nos sugere isso. Entre 1822 e 1826, um dos mais importantes traficantes da rota Rio de Janeiro-Moçambique, Zeferino José Pinto de Magalhães, despachou em várias viagens mais de 40 escravos do porto do Rio de Janeiro para Laguna.<sup>19</sup>

Da mesma forma, boa parte dos africanos residentes na Ilha de Santa Catarina e no litoral adjacente fez a travessia atlântica em barcos de negociantes da praça do Rio de Janeiro e foi reembarcada para Santa Catarina com outras mercadorias, para ali levadas a fim de serem trocadas por gêneros de abastecimento, principalmente a farinha de mandioca. Um levantamento dos registros de despachos de mercadorias e passaportes de pessoas viajantes emitidos no Rio de Janeiro aponta os nomes daqueles envolvidos, o volume e a cronologia do transporte de escravos saindo daquele porto para Santa Catarina. Foi este o caso de Joaquim Dias Moreira, um dos principais negociantes de escravos da praça carioca identificados por Manolo Florentino, que despachou 30 escravos novos em duas viagens para a Ilha de Santa Catarina em junho de 1811.<sup>20</sup> Outros documentos confirmam as conexões de comerciantes de Desterro com traficantes da praça do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do XIX, para o abastecimento de escravos novos. Dos registros de óbito de escravos em Desterro constam onze escravos africanos pertencentes a Manoel José das Neves, que faleceram entre 1808 e 1811, em depósito na casa do comerciante Francisco de Paula Tavares, comerciante de Desterro. Neves era traficante da praça do Rio de Janeiro, identificado na pesquisa de Manolo Florentino. Tavares aparece como comerciante na lista de José Luís do Livramento e Antônio José da Costa. Entre os óbitos constam ainda três africanos boçais falecidos entre agosto e

setembro de 1811 e que pertenciam a “José de Carvalho Ribeiro e Companhia”. Ribeiro está igualmente na lista daqueles identificados como comerciantes da rota Rio de Janeiro-Costa da África por Florentino.<sup>21</sup> O fato de africanos terem falecido antes mesmo de serem vendidos para proprietários locais expõe os mecanismos do comércio de escravos na fase de distribuição pelo interior, a partir da praça comercial do Rio.

O senhor de escravos apresentado no início do capítulo, o capitão José Luís do Livramento, era outro desses homens de negócio do Desterro que mantinha contatos mercantis com os traficantes do Rio de Janeiro. Alguns indícios apontam que ele e outros membros de sua família foram os maiores importadores de escravos africanos da capitania, depois província de Santa Catarina, entre as décadas de 1810 e 1820. Um sinal indireto disso pode estar ligado ao fato de ele ter enterrado 33 escravos africanos registrados como de sua propriedade entre 1803 e 1824, sendo que a maioria era de escravos novos, isto é, recém-desembarcados.<sup>22</sup> Também reforçam a ideia os 12 africanos que ele batizou num período de cinco anos, escravos com idade entre 10 e 30 anos, ou seja, em pleno vigor físico, para serem aproveitados como força de trabalho.<sup>23</sup> José Luís do Livramento já era, em finais do século XVIII, um comerciante importante da praça desterrense. Sabemos que ele e seu cunhado Antônio José da Costa foram os donos das “lojas de fazenda” (casa comerciais) que mais importaram mercadorias no triênio de 1794-1796, totalizando algo em torno de 26:000:000 contos de réis, quantia bastante considerável para o período.<sup>24</sup> Além disso, ambos aparecem entre os mais importantes comerciantes e exportadores de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina. Os seus armazéns de atacado escoavam grande parte da produção agrícola das freguesias da Ilha e litoral próximo, e eles também concentravam boa parte da frota marítima da região com capacidade para comerciar mar afora nos portos da costa brasileira. Das sete embarcações que havia na Ilha, três estavam em nome de Antônio José da Costa, dois bergantins e uma “lanxa de coberta”. Sabemos que em 1783, José Luís do Livramento foi

sócio da corveta Bom Piloto, juntamente com seu sogro Tomás Francisco da Costa, seu cunhado Antônio José da Costa e João Marcos Vieira.<sup>25</sup> Com o passar do tempo, José Luís do Livramento e Antônio José da Costa habilitaram seus filhos na arte da mercancia. Não foi à toa que encontramos João Luís do Livramento, em 1823, despachando seis escravos novos do Rio de Janeiro para a Ilha. Um ano depois, Miguel Joaquim do Livramento, outro filho de José, aportou em Desterro com mais 52 escravos novos, o maior desembarque de africanos feito por um comerciante desterrense de que se tem notícia. Três anos depois, foi a vez do outro filho, Francisco Luís do Livramento, atracar com mais 32 africanos. Pelo lado da família Costa, os despachos de escravos também eram constantes.<sup>26</sup>

Tanto os negociantes de escravos de “grosso trato” do Rio de Janeiro, que traziam escravos diretamente da costa da África, quanto os negociantes das principais praças comerciais do litoral catarinense (Desterro, Laguna e Rio de São Francisco) foram os principais responsáveis pelo desembarque de milhares de africanos no litoral de Santa Catarina. A partir dos despachos oficiais emitidos pela Intendência de Polícia do Corte do Rio de Janeiro, sabemos que entre 1811-1830 foram remetidos para Santa Catarina e efetivamente registrados cerca de 1700 escravos.<sup>27</sup> É possível que o volume tenha sido bem maior, visto que o comércio clandestino era habitual e que esse registro exclui o possível comércio de escravos através de rotas terrestres, pelos diversos caminhos que interligavam as capitânicas/províncias do Rio de Janeiro e São Paulo à de Santa Catarina.

Tomando como base o batismo dos africanos novos que passaram pelas paróquias do Desterro, Lagoa e Ribeirão nas décadas de 1810 e 1820, período em que se registrou o maior fluxo de entrada de africanos na Ilha, é possível saber de que áreas do continente africano eles provinham. Aproximadamente 69,4% eram da África Centro-Occidental (Congo, Angola, Benguela); 21,7% eram da África Oriental (Moçambique); e 8,9% da África Occidental (Costa da Mina). Esse perfil de africanos que passaram a integrar a população escrava da Ilha é

muito semelhante ao da cidade do Rio de Janeiro, conforme pesquisa de Mary Karasch.<sup>28</sup> As “nações” africanas com as quais eram identificados os escravos – fosse por traficantes, na ocasião das transações comerciais, fosse por autoridades, no momento da emissão de passaportes, ou ainda, como no nosso caso, pelos padres, na ocasião dos batismos –, apresentam termos imprecisos, que, na maioria das vezes, fazem referência aos portos africanos de onde saíram as embarcações para o Brasil. “Cabindas”, “Congos”, “Minas”, entre tantos outros, pouco dizem sobre a real procedência ou etnia dos africanos traficados de seu continente de origem. Entretanto, esses grupos gerais de identificação poderiam adquirir um significado especial frente novas possibilidades identitárias e organizacionais adotadas pelos africanos na condição de escravos no outro lado do Atlântico. Outro agravante para uma identificação mais precisa dos africanos traficados para a Ilha tem a ver com a falta de informação e confusão feita pelos padres quando dos registros nos ritos católicos. O caso citado no começo do texto – no qual o padre Joaquim Santana Campos registra, sem saber ou por pura comodidade, os africanos do capitão José Luís do Livramento como apenas “pretos da Costa” – é exemplar. Mas não foi apenas isso. O padre Joaquim fazia muita confusão quando notificava os africanos nos livros da igreja. Foi o que aconteceu quando registrou a origem de um casal de escravos africanos de duas maneiras diferentes: Rosa e Manuel, escravos de Anastácio Silveira de Sousa, estiveram frente à pia batismal para batizar a pequena Josefa em 1795. O padre Joaquim registrou-a como “Camundá”, e ele, como “Rebolo”. Quatro anos mais tarde, quando o casal batizou outra filha, Jacintha, foram ambos identificados pelo padre como “Angola”.<sup>29</sup>

Formatado: Português (Brasil)

### **Escravidão e liberdade de africanos na Ilha de Santa Catarina**

Podemos imaginar que nesse alvorecer do Oitocentos, no momento em que os bons ventos da economia sopravam a favor da agricultura catarinense, novas lavouras e engenhos

de produtos da terra como farinha, cachaça e açúcar iam aos poucos se espalhando pelo território da Ilha. Às famílias dos açórico-brasileiros transmigrados (pais, filhos e agregados) caberiam as iniciativas de organizar suas porções de terras e sítios, ano após ano, para as colheitas intercaladas de milho, feijão, café, amendoim, cana de açúcar e, principalmente, mandioca. Parte do que se colhia certamente era destinado ao consumo da casa, e o excedente poderia facilmente ser trocado nos espaços de comércio ambulante ou nas vendas fixas do Desterro, como as “tavernas de molhados” que seguiam da rua do Menino Deus para a da Cadeia. Uma quantidade maior desses produtos poderia ser direcionada ainda para o mercado vicinal de alimentos, que era estruturado pelos negociantes mais importantes daquela Praça, como os já referidos José Luís do Livramento e Antônio José da Costa, a fim de completar as remessas de víveres que subiam para os portos do Rio de Janeiro ou as que desciam para o do Rio Grande. Nessa situação, algumas famílias de lavradores livres podiam – na medida em que suas necessidades se ampliavam – recorrer à compra de alguns escravos africanos ou crioulos para ajudar na lida diária das suas roças. Tinham, em geral, um ou dois cativos. Sua aquisição se dava, provavelmente, por intermédio dos mesmos comerciantes locais para quem vendiam seus excedentes, visto que estes tinham amplo acesso ao tráfico negreiro do Rio de Janeiro. Nessas propriedades, a escravidão adotava as formas domésticas, nas quais as relações sociais e culturais entre senhor e escravo se davam nos diversos espaços de sociabilidade da casa, do trabalho e da rua, mas nem por isso eram menos violentas.

Havia também famílias que, dispondo de mais recursos (sociais, políticos e econômicos), poderiam facilmente estruturar as suas roças de alimentos em propriedades de extensão territorial mais considerável. Talvez organizassem a produção e o trabalho de forma contínua dentro da propriedade, para acelerar o plantio e a colheita. Provavelmente dispusessem de algum maquinário para o beneficiamento das culturas ali produzidas, como bolandeiras, prensas, fornos e alambiques. A escravidão que predominava num universo

agrário como esse apresentava uma feição muito diferente daquela tida como estritamente “doméstica” e “minifundiária” – ou “sem importância”, como definiram os historiadores catarinenses Walter Piazza e Oswaldo Cabral.<sup>30</sup> O número de escravos dessas propriedades certamente chegava a quinze ou vinte. O trabalho poderia ser dividido em funções especializadas, acrescentando novas categorias socioprofissionais como escravo da roça, da casa, feitor, mestre de forno, do engenho etc. Assim, o conjunto de escravos de cada proprietário ia apresentando um quadro social muito mais dinâmico.

As senzalas deveriam ser coabitadas por indivíduos solteiros e sozinhos, mas também por famílias escravas que aos poucos se formavam, levando em consideração suas aproximações étnicas, sociais ou culturais de outra espécie. Ao mesmo tempo, haveria igualmente maior cuidado e controle por parte dos senhores sobre os seus cativos, possivelmente destinando alguém para fazer tal vigilância, um homem livre ou mesmo um escravo. Em alguns casos, dependendo da habilidade do senhor, é possível que ele próprio soubesse conduzir uma política segura de controle e domínio, alternando as estratégias de reconhecimento de sua autoridade pela pedagogia da força ou pela distribuição de concessões paternas. Os escravos continuariam tentando superar as dificuldades que lhes eram impostas, vivendo, cada um ao seu modo, a vida possível do cativo e engendrando a cada dia os seus esquemas de resistência e luta, fosse pela liberdade ou por melhores condições de trabalho, moradia, alimentação e saúde.

Manuel Fernandes de Lessa e Maria Madalena da Silva foram desses proprietários que investiram em escravos e terras nessa fase de expansão econômica da Ilha de Santa Catarina. Eles pertenciam a um grupo que dispunha de mais recursos para financiar seus projetos agrícolas e senhoriais. Ambos eram membros da irmandade do Senhor dos Passos, um dos principais espaços de distinção social que havia na Ilha e que reunia boa parte da elite local.<sup>31</sup> Manuel Fernandes Lessa era figura respeitada na confraria, integrando várias vezes a mesa



diretora, assumindo cargos importantes como o de secretário. Detinha também uma patente militar, a de capitão das Tropas de Ordenanças. As suas credenciais deixam claro que não se tratava de um simples lavrador que tentava melhorar sua modesta roça de alimentos. As primeiras evidências de que Manuel Fernandes e Maria Madalena eram também senhores de escravos datam do início da década de 1790. Foi com base nos registros de batismo de escravos da freguesia do Desterro, lugar onde provavelmente moravam, que reconstruímos a escravaria do casal ao longo das duas décadas seguintes.<sup>32</sup> Até 1799, encontramos cinco escravos como de propriedade de Manuel Fernandes – grupo de escravos de tamanho razoável para a região. Na verdade, sua escravaria era uma família de cativos, um casal e três filhos, que aparentemente foram os seus primeiros escravos. As coisas pareciam ir bem com as lavouras, e não demorou muito para que Manuel assumisse o posto de um dos maiores donos de escravos da Ilha, em princípios do século XIX. Seus investimentos já não se restringiam a Desterro, pois nesse período, solicitou ao governador D. Luís Maurício da Silveira uma concessão de sesmarias na freguesia de São Miguel, no continente, próximas às margens do rio Biguaçu, para seu “melhor estabelecimento e poder empregar escravos”. Em 1807, o governador fez “por bem de conceder por Sesmaria em nome de Sua Alteza Real [...] ao mencionado Capitão das Ordenanças Manuel Fernandes Lessa as contempladas cem braças de terras de frente com noventa e sete de fundo por um travessão, e quarenta e seis pelo outro na forma acima expedida”.<sup>33</sup> Neste período, Manuel já tinha registrado em seu nome mais de 30 escravos, a maior escravaria do Desterro.

Entre as décadas de 1790 e 1800, metade das propriedades dos senhores de escravos tinha entre um e dois escravos, eram grupos pequenos. As propriedades de porte médio, com três a dez escravos, perfaziam quase 46% das escravarias, e as que tinham acima de dez escravos – o que, na Ilha, podemos considerar como uma grande propriedade escravista – eram apenas 4%.<sup>34</sup> Sendo assim, Manuel Fernandes e sua esposa Maria Madalena faziam

parte de um seleto grupo de senhores de escravos que compunham a pequena elite agrária local. A opção pela mão de obra escrava naquele momento de dinamismo econômico certamente ia aos poucos redefinindo a estrutura social da Ilha de Santa Catarina, organizando a sociedade entre quem tinha mais ou menos escravos. Além do enriquecimento material adquirido pela produção social escrava, Manuel Fernandes adquiriu também status, graças a sua nova condição: um dos maiores senhores de escravos da Ilha.

Mas não eram apenas Manuel e Maria Madalena que buscavam uma vida melhor; seus escravos também tinham projetos e se esforçavam para realizá-los. Para entender a dinâmica das relações sociais entre escravos e senhores e as possibilidades de mobilidade social e liberdade que estavam abertas aos africanos que chegavam nesse período à Ilha, decidimos aqui contar o caso de Antonio e Joaquina, casal de africanos identificados como da “Guiné”, que foram os primeiros escravos de Manuel Fernandes Lessa e Maria Madalena da Silva.<sup>35</sup>

Antonio e Joaquina foram adquiridos por seus senhores no início da década de 1790, quando o mercado de escravos do Desterro se estruturava, e é bem provável que ainda não fossem casados. A união de Antônio e Joaquina se confirmou em 1794, quando do nascimento da pequena Benedita. Para batizar a menina, escolheram como padrinho o preto liberto Francisco Chagas. Três anos depois, nascia Genoveva, e dessa vez, o padrinho escolhido para a menina foi um homem livre, Antônio Joaquim Cidade. Passaram-se dois anos, e nasceu Maria, que foi afilhada de outro homem livre, Antônio José da Silveira. Em 1803 e 1805, o mesmo Antônio José da Silveira batizaria mais dois filhos do casal, os dois com o mesmo prenome, Francisco – a escolha do mesmo nome para duas crianças talvez esteja relacionada à morte da primeira, visto que na época, os índices da mortalidade escrava infantil eram muito altos. À medida que a família de Antonio e Joaquina crescia, Manuel Fernandes Lessa incorporava novos escravos à sua propriedade. Assim, em 1810, o casal já

vivia com 10 escravos adultos, a maioria africana, e as várias crianças que nasciam ano a ano das novas famílias escravas que se formavam.<sup>36</sup>

Essa nova situação redefinia aos poucos o quadro social e hierárquico do grupo de escravos de Lessa. É provável que os escravos que chegaram depois estivessem subordinados a Antonio e Joaquina, os escravos mais antigos. Ao casal talvez coubessem as orientações acerca do funcionamento da propriedade, das regras da casa e da organização do trabalho na lavoura. Ao que parece, a nova situação projetava os dois africanos guinés a um lugar privilegiado na hierarquia da senzala, e que poderia facilmente ser legitimado e valorizado por seus senhores.<sup>37</sup>

Uma análise dos batismos dos filhos dos cativos posteriormente trazidos àquela propriedade confirma a situação de prestígio do casal no seio da escravaria. Antonio e Joaquina foram convidados para apadrinhar ali sete crianças, o que demonstra o grau de importância que tinham sobre seus companheiros de cativeiro. Interessante foi notar que o casal de guinés não retribuiu nenhum desses convites de apadrinhamento, não cedendo seus filhos para que os seus compadres escravos também os batizassem. Pelo contrário, continuaram a convidar pessoas livres e libertas, de fora da senzala, formando um parentesco ritual com homens e mulheres de status social superior. Acreditamos que essa estratégia social de compadrio lhes tenha rendido certas vantagens ao longo do tempo.

Em 28 de agosto de 1805, Manuel Fernandes Lessa decidiu conceder a liberdade a Benedita, Genoveva e Maria, as três filhas de Antonio e Joaquina. Não nos foi possível conhecer os termos dessas alforrias, se foram pagas ou doadas pelo senhor, tampouco se mais pessoas, como os padrinhos das crianças, participaram da negociação da liberdade de suas afilhadas. Não seria estranho supor que os compadres livres ajudassem o casal a libertar as filhas do cativeiro. Talvez tenha sido por gratidão que a jovem Benedita acrescentou ao seu nome o sobrenome Chagas, o mesmo do seu padrinho, o liberto Francisco Chagas. Também a

pequena Maria acrescentou o sobrenome Cidade, de Antônio Joaquim Cidade.<sup>38</sup> Após o nascimento dos dois Franciscos, os próximos filhos de Antônio e Joaquina não seriam mais escravos. Dois anos mais tarde, outra filha do casal de africanos ganharia a liberdade, na pia batismal. Em 1807, quando do batismo de Francisca, a quinta filha de Antonio e Joaquina, o padre Joaquim Santana dos Campos atestou a liberdade da criança, afirmando que era forra por “consentimento dos senhores, segundo me disse o padrinho”, Antônio José da Silveira. A mesma cena se repetiu quatro anos depois: em 1811, outra filha do casal de guinés, também chamada Francisca, recebeu a alforria frente ao padre na pia batismal. Mais uma vez, o padrinho foi Antônio José da Silveira, e a madrinha, dona Maria Bernarda da Silva.<sup>39</sup>

Podemos imaginar que a situação de destaque dos africanos Antonio e Joaquina, comparada à dos outros escravos possivelmente com menos recursos que os seus, ajudou no processo de barganha pela liberdade de seus filhos. O fato de o casal manter uma relação mais duradoura e estável com seus senhores – e quem sabe, de maior reciprocidade –, aliado ao respeito que adquiriram dos companheiros de cativeiro e ao capital social dos parentescos rituais que firmaram com pessoas livres e libertas, os colocavam em vantagem na negociação das alforrias. Talvez tenha sido por essa razão que o casal insistiu tanto em estratégias sociais através do compadrio com “gente de melhor qualidade” que a sua. Antônio José da Silveira, que compareceu cinco vezes à pia batismal para confirmar o compromisso espiritual de padrinho dos filhos de Antonio e Joaquina, era senhor de escravos e muito próximo de Manuel Fernandes; membro da Irmandade dos Passos, chegou a presidir várias mesas da diretoria ao lado do senhor do casal de africanos.<sup>40</sup> A proximidade dele com Manuel poderia dar margem para virtuais interferências a favor dos seus compadres guinés. O próprio liberto africano Francisco da Chagas também era alguém que detinha status na comunidade desterreense, sobretudo no meio dos escravos. Por volta desse período, ele apadrinhou 23 filhos de escravos na freguesia.<sup>41</sup>

Somente depois de conseguir libertar seus filhos, e depois da morte de Manuel Fernandes Lessa, Antonio e Joaquina se tornaram livres. Em 20 de setembro de 1811, a viúva dona Maria Madalena da Silva entregou a alforria do casal, juntamente com a da parda Alexandrina.<sup>42</sup>

Muitos dos escravos da Ilha de Santa Catarina não tiveram a mesma sorte ou as oportunidades de Antonio e Joaquina e seguiram até o fim de suas vidas como cativos. No período em que o casal de guinéus conseguiu a sua liberdade e a dos seus filhos, a população forra do Desterro girava em torno de 3% da população total. Com base nas alforrias registradas nos livros de notas do cartório desta freguesia, sabemos que entre 1805 e 1813, mais de 140 escravos conquistaram a liberdade.<sup>43</sup> Desses, certamente a maioria era de escravos nascidos no Brasil, e que por estarem aculturados, tinham maiores chances de se libertar. O mapa de população de Santa Catarina de 1796 demonstra que dos 110 libertos residentes na freguesia, 75 foram identificados como “pardos” e 35 como “pretos”. Estamos aqui considerando que, para os recenseadores, a categoria “pardo” poderia ser de crioulos, ex-escravos nascidos no Brasil. Desses, a maioria era de mulheres. Dez anos depois, em outro mapa de população, a maioria dos libertos no Desterro também era de “pardos”.<sup>44</sup>

Parece que a liberdade de africanos não era tão comum se comparada à dos escravos crioulos que viviam nas redondezas da Ilha. Sem uma estratégia bem elaborada, as chances reais de Antonio e Joaquina se libertarem juntamente com sua família eram muito pequenas. No entanto, terem sido incorporados à escravaria dos seus senhores ainda em finais do século XVIII, vivido a fase de expansão do tráfico de escravos na Ilha, se destacado entre outros africanos, assim como as estratégias sociais que elaboraram a partir do compadrio fizeram a diferença neste caso. O certo é que, mesmo que alguns africanos conseguissem sua liberdade, todas as evidências apontam que naquele momento, na Ilha de Santa Catarina, a “dinâmica da escravidão” envolvia um crescimento muito maior da escravização que da concessão de

alforrias para os africanos. A própria viúva Maria Madalena da Silva, depois de libertar alguns dos seus escravos, continuava a escravizar outros. No ano de 1814, por exemplo, ela adquiriu mais três africanos, Damião, Matheus e Manuel.<sup>45</sup> Os dados até agora trabalhados não sugerem que as chances de liberdade tivessem alguma influência sobre a frequência ou as formas de resistência dos escravos. Parece claro, no entanto, que nessa região de pequenas propriedades e pequenas escravarias, alguns africanos “pioneiros” tiveram mobilidade social e chance de integração na hierarquia social ascendente.<sup>46</sup>

Caso os quinze africanos boçais de José Luís do Livramento (que abriram este capítulo) tivessem sobrevivido, é possível que tivessem sido vendidos para Manuel Fernandes, visto que os dois senhores se conheciam da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Teriam vivenciado situações de trabalho, constituído famílias e laços sociais, enfrentado a exploração e a violência e, ainda, construído estratégias para obtenção da alforria, como muitos dos que acompanhamos nesse texto. Entretanto, não tiveram a mesma sorte os “pretos da Costa” de Livramento.

Formatado: Português (Brasil)

<sup>1</sup> Os registros de óbito mencionados nos quatro primeiros parágrafos vêm do Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (doravante AHESC). Livro do Registro de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, 1799-1814. Os assentos estão entre as fls. 97v-100.

<sup>2</sup> Entre janeiro de 1810 e dezembro de 1829, as “bexigas”, “malina” e o “sarampo” foram declaradas como sendo a *causa mortis* de 109, 43 e 10 óbitos, respectivamente. Cf. AHESC. Primeiro e Segundo Livro de Registro de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, 1799-1814/1814-1834.

<sup>3</sup> BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1829. p. 14.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>5</sup> MATTOS, Jacintho. Material Histórico. Revista do IHGSC. Florianópolis: [s/n]. Vol. VII (1 trimestre), 1918, p. 72. Sobre a administração particular dos indígenas, ver MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>6</sup> Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Col. Carvalho, 15, 4, 17, n. 74. *Consulta do Conselho Ultramarino sobre o informe do governador da Ilha de Santa Catarina referente às freguesias pertencentes à sua jurisdição, e à cultura do trigo, linho, algodão, cânhamo e mandioca da mesma Ilha*. Lisboa, 22 de novembro de 1754.

<sup>7</sup> SILVA, Célia Maria e. *Ganchos, SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. p.56.

<sup>8</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos Avulsos Santa Catarina. Projeto Resgate Barão do Rio Branco (doravante AHU-SC) *Requerimento de José Francisco de Sousa ao rei [D. João VI], solicitando escravos para poderem trabalhar na lavoura de suas terras, e ficar como obrigação do pagamento deste empréstimo os frutos da terra em farinha para tropas*. Caixa 1, doc. 60; *Carta do sargento-mor de Batalha, José da Silva Pais, ao rei [D. José], sobre a carta que fez o governador da Ilha de Santa Catarina, D. José de Melo Manuel, acerca da dívida do local para estabelecer a capital de Santa Catarina e onde deveria residir o governo*. Caixa 2, doc. 112.

<sup>9</sup> Alvará de 14 de outubro de 1751. In: SILVA, Antônio Delgado da. *Suplemento à coleção de Legislação*

---

*Portuguesa do desembargador Antônio Delgado da Silva pelo mesmo (1750-1762)*. Lisboa: na TYP. de Luiz Correa da Cunha, 1842. pp. 111-112, apud BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do Sul*: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, 2006, p. 35-37.

<sup>10</sup> AHESC. Primeiro Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, 1751-1769. Fl 191v. Os livros da Lagoa foram transcritos por Maria Helena Schweitzer no âmbito do projeto *Africanos no Sul do Brasil*, coordenado pela professora Beatriz Gallotti Mamigonian.

<sup>11</sup> AHESC. Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1751-1769; 1770-1780; 1781-1789).

<sup>12</sup> AHU-SC. *Rezumo Geral de Toda a População Pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina, Formado pelos mappas que derão os officiaes de cada hum dos Distritos do mesmo Governo. Em 1º de Janeiro de 1796*. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Caixa 6, doc. 387.

<sup>13</sup> FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 117-151.

<sup>14</sup> AHU-SC. *Embarcações que entrarão no Porto desta Ilha no ano de 1803, com as necessárias declarações de seu destino e carga*. Caixa 8, doc. 462.

<sup>15</sup> Este dado foi obtido a partir da consulta dos censos populacionais de 1796 e 1814, respectivamente; ver: *Rezumo Geral de Toda a População Pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina, Formado pelos mappas que derão os officiaes de cada hum dos Distritos do mesmo Governo. Em 1º de Janeiro de 1796*. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. AHU-Santa Catarina, cx. 6, doc. 387; e Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Distritos do ano de 1814*. I-31, 29, 18, n.6.

<sup>16</sup> Os dados sobre o Ribeirão da Ilha provêm das transcrições feitas por Fernanda Zimmermann, no âmbito do projeto *Africanos no Sul do Brasil*. Os dados sobre Desterro provêm de MALAVOTA, Cláudia Mortari. *Os africanos de uma vila portuária do Sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades*. Desterro, 1788-1850. Tese (Doutorado em História). PUC-RS, 2007, p. 91. A autora gentilmente nos cedeu as transcrições de batismos de Desterro.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina (doravante AHESC). Livro 1 de Batismos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1801-1864) e Livro 1, 2 e 3 de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha (1807-1825; 1825-1841; 1846-1854).

<sup>18</sup> Relação dos passaportes reais que se expedirão pela Secretaria do Governo da Ilha de Santa Catharina, e dos papeis com que sahirão as Embarcações etc. (1812). In: Revista do IHGSC. Florianópolis: Typ. Da Escola Artífices. Vol. III, 1914, p. 95-101; ELTIS, D. et alli. *Transatlantic Slave Trade Database*. A viagem do Providente está registrada como viagem n° 7094. Disponível em [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org)

<sup>19</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ). Coleção da Intendência de Polícia da Corte. Códice 390: Receita dos direitos de despacho de escravos para os portos do Sul, 1815-1826. Data dos despachos: 22/03/1822; 25/05/1823; 26/05/1823; 11/05/1824; 12/05/1824; 16/02/1824; 12/04/1826 e 16/08/1826; ANRJ. Coleção da Intendência de Polícia da Corte. Códice 421. Passaportes (registros de pessoas que partem ou despacham escravos, 1809-1831). Data dos registros: 11/03/1823 e 12/05/1824; ANRJ. Coleção da Intendência de Polícia da Corte. Códice 424: Lançamento de atestados e remessa de escravos para várias localidades, 1826-1833. Data dos registros: 17/08/1826. Material transcrito por equipe coordenada por João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, e que nos foi gentilmente cedido.

<sup>20</sup> ANRJ. Coleção da Intendência de Polícia da Corte. Códice 421: Data dos registros: 01/06/1811 e 06/06/1811.

<sup>21</sup> AHESC. Livros de Registro de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro (1799-1814); AHU-SC. *Relação das Loges de Fazenda de Varejo, que á prezentemente na Vila Capital de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina: E do quanto importarão as [Carregações] de Fazendas que entrarão para ellas nos 3 anos seguintes*; Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Caixa 6, doc. 387; FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, apêndice 26, p. 254-56.

<sup>22</sup> AHESC. Livros 1 e 2 de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro (1799-1814 e 1814-1834).

<sup>23</sup> AHESC. Livros 2 e 3 de Batismo de Escravos da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1798-1818 e 1818-1840); Os registros dos africanos em nome de José Luís do Livramento se encontram entre 27/12/1813 e

---

01/06/1819.

<sup>24</sup> AHU-SC. *Relação das Loges de Fazenda de Varejo, que á prezentemente na Vila Capital de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina: E do quanto importarão as [Carregações] de Fazendas que entrarão para ellas nos 3 anos seguintes.* AHU-Santa Catarina. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Caixa 6, doc. 387.

<sup>25</sup> AHU-SC. *Relação do número e qualidade das Embarcações que ha na Ilha de Santa Catarina, e nas Vilas do Rio de São Francisco, e da Laguna. Em 17 de Novembro de 1797.* AHU-SC. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina] tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado e mapas referentes a extensão e limites da Ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. Caixa 6, doc. 387. Sobre a lancha Bom Piloto, ver PEREIRA, Nereu do Vale (org.) *Memorial da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. v. 1. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997, p. 222-223.

<sup>26</sup> ANRJ. Códice 390. Despacho de Miguel Livramento: 11/12/1824; ANRJ. Códice 421. Despacho de João Livramento: 21/04/1823; ANRJ. Códice 424. Despacho de Francisco Livramento: 22/10/1827.

<sup>27</sup> ANRJ. Coleção da Intendência de Polícia da Corte. Códices 390, 411, 421, 424 e 425.

<sup>28</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 35-66.

<sup>29</sup> AHESC. Livros 1 e 2 de Batismo de Escravos da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1771-1798 e 1798-1818). Data dos assentos: 23/03/1795 e 03/02/1799.

<sup>30</sup> PIAZZA, Walter. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999; \_\_\_\_\_. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975; CABRAL, Oswaldo. Os grupos negros em Santa Catarina. In: **Autor**. *Laguna e outros ensaios*. Florianópolis: S/Ed, 1939, p. 163-183.

<sup>31</sup> PEREIRA, Nereu do Vale (org.) *Memorial da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos*. v. 1. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. p. 184-185.

<sup>32</sup> Reconstruímos os casos aqui analisados usando como referência os escravos que apareciam no ato do batismo de crianças escravas como de propriedade de Manuel Fernandes Lessa e Maria Madalena da Silva, fossem eles filhos, mães ou pais. AHESC. Livros 1 e 2 de Batismo de Escravos da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1771-1798 e 1798-1818).

<sup>33</sup> GHISLERI, Fabíola; NIEDZIELUK, Luzinete; MARTINS, Maria Cristina; GÓES, Samuel. Edição de Fontes: Sesmarias, 1806-1809 (Volume 3). Florianópolis: Núcleo de Estudos Portugueses - Série Filológica, UFSC, 1997, p. 84-85.

<sup>34</sup> A estrutura de posse foi feita com base nos assentos de batismo. Foram computados 1729 escravos, divididos entre 474 proprietários. AHESC. Livros 1 e 2 de Batismo de Escravos da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1771-1798 e 1798-1818).

<sup>35</sup> Este caso foi reconstituído com base nos registros de batismo das crianças escravas declaradas como filhas do casal Antonio e Joaquina e que apareciam também como propriedade de Manuel Fernandes Lessa e/ou Maria Madalena da Silva. AHESC. Livros 1 e 2 de Batismo de Escravos da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1771-1798 e 1798-1818). Para esses dois livros, consideramos os assentos de batismo das seguintes crianças: Benedita (14/05/1794); Genoveva (10/01/1797); Maria (21/02/1799); Francisco (16/09/1803) e Francisco (09/03/1805). Foram acrescentados também os batismos de duas filhas do casal de mesmo nome, Francisca. Esses assentos se encontram em AHESC. Livro 8 de Batismo de Livres da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1802-1820). As datas do batismo das duas Franciscas são 08/03/1807 e uma data não identificada de 1811.

<sup>36</sup> Os escravos que aparentemente compunham o plantel naquele momento eram: Rita, africana de nação “Angola”; Joaquina, “crioula”; Alexandrina, “parda” e “crioula”; Lucrécia e José, casal de africanos “pretos da Costa”; Rita e João, casal de africanos “pretos da Costa”; Catharina, africana “preta da Costa”; e Marina e Faustino, casal de africanos “pretos da Costa”.

<sup>37</sup> Essa análise é inspirada em FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (org.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 157-207.

<sup>38</sup> As três alforrias constam no Livro de Inventário de Notas do 2º Ofício do Desterro, 1805-1842, p. 98v-99v.

<sup>39</sup> Os assentos de batismo das duas Franciscas encontram-se registrados em AHESC. Livro 8 de Batismo de Livres da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1802-1820). Ver também a nota 35.

<sup>40</sup> PEREIRA, op. cit. p. 327, 329, 338 e 349-350.

<sup>41</sup> MALAVOTA, Cláudia Mortari, op. cit., p. 164. A autora encontrou um tal Francisco das Chagas batizando filhos de escravos na freguesia do Desterro em fins do século XVIII e início do XIX.



---

<sup>42</sup> Essas alforrias encontram-se num único registro do Livro de Inventário de Notas do 2º Ofício do Desterro, 1805-1842, p. 152.

<sup>43</sup> Livro de Inventário de Notas do 2º Ofício do Desterro, 1805-1842.

<sup>44</sup> AHU-SC. *Rezumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catharina extrahida dos Mapas, que derão os Officiaes encarregados annualmente desta diligencia nos Distritos deste Departamento no anno de 1806*. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina] Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação do gêneros, relações das madeiras de construção, mapa da população da Ilha e mapas do regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta Ilha. Caixa, 9, doc. 523.

<sup>45</sup> Livro 2 de Batismo de Escravos da Freguesia Nossa Senhora do Desterro (1798-1818). As datas dos assentos desses escravos são: 06/01/1814; 06/01/1814 e 13/06/1814.

<sup>46</sup> Estes são temas de intenso debate na historiografia da escravidão brasileira. Ver MARQUESE, Rafael B. A dinâmica da escravidão: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVIII e XIX. *Novos Estudos CEBRAP* 74 (2006), p. 107-123; SLENES, Robert W. The Great Arch Descending: Reflections on Manumission Rates and Black Social Mobility in Southeastern Brazil, 1791-1888. [\(artigo inédito – tradução Mundos do Trabalho?\)](#)